RBMT
www.rbmt.com.br
Notícias sem moagem

Quinta-Feira, 31 de Julho de 2025

A persistente violência contra a mulher

JOEL MESQUITA

Os alarmantes casos de violência contra mulher no Estado do Mato Grosso, refletem a cruel realidade comportamental do “masculino” em relação a todas as mulheres. Quando uma mulher sofre qualquer tipo de agressão, seja física, verbal ou psicológica, em virtude da sua condição de mulher, todas as mulheres são feridas no seu direito existencial.

Os alarmantes casos de violência contra mulher no Estado do Mato Grosso, refletem a cruel realidade comportamental do “masculino” em relação a todas as mulheres. Quando uma mulher sofre qualquer tipo de agressão, seja física, verbal ou psicológica, em virtude da sua condição de mulher, todas as mulheres são feridas no seu direito existencial.

Recentemente aqui na minha cidade de Barra do Bugres-MT, tivemos um caso bárbaro, degradante, humilhante e cruel! Uma mulher e mãe de uma criança foi brutalmente assassinada diante do seu filho. O crime foi praticado pelo seu companheiro, quando este furou os olhos da vítima, violou o seu corpo e cometeu outras violências inenarráveis. Esse fato como todos os outros diz muito sobre o quanto a sociedade brasileira precisa melhorar, precisa mudar, precisa assumir compromisso com a não aceitação do machismo estrutural.

A sociedade tem parcela de responsabilidade nesses casos terríveis de violência contra mulher. Ao não encarar o gravíssimo problema, ao silenciar literalmente diante da barbárie que se pavimentou ao longo dos séculos contra as mulheres, legitima de forma talvez não “intencional” a agressividade masculina em relação as mulheres.

O agressor foi educado para ser o que é. Foi educado para se posicionar superior em relação ao feminino. Foi “ensinado” a não compreender o real significado do NÃO. E todas as vezes que esse agressor que não foi educado, que não foi civilizado no processo de vivência social, recebe um NÃO, a tendência é que ele seja agressivo, principalmente em relação a mulher. Absolutamente nada, seja a falha no processo educacional ou questões diversas na formação do individuo, justifica quaisquer tipos de violência estrutural contra mulher.

O que quero ressaltar é a importância da mudança de perspectiva, lançar um olhar sobre a origem do mal. Precisa-se educar o “menino” e fazê-lo compreender de que a figura masculina não é superior em nada a feminina. Segundo dados no site do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, de janeiro a junho de 2021, o Estado registrou o assassinato de 22 mulheres vítimas de violência doméstica, e nos seis primeiros meses de 2022, foram 21 feminicídios. Nos 12 meses do ano passado, 43 mulheres foram vítimas deste tipo de crime. O índice é absurdo. É vergonhoso! Mudar essa terrível realidade é obrigação de todas as pessoas humanas. E a mudança passa necessariamente pela via educacional.

O processo educacional brasileiro é uma tragédia no quesito formação humana. Precisa-se falar mais nas escolas sobre essa anomalia, sobre essa mácula abominável que infelizmente persiste em nosso cotidiano. Não se pode mais persistir essa conversa fiada de que a violência contra mulher é cultural, de que infelizmente acontece, etc.

O Estado brasileiro tem feito muito pouco para que esse crime seja extirpado das nossas realidades. Punições brandas e soluções fáceis, principalmente quando se envolve réus com poder econômico diferenciado. As brechas em nosso complexo e conturbado Sistema Processual facilita a impunidade e coloca em xeque a efetividade do Ordenamento Jurídico Nacional. Nos últimos meses tenho falado com grupos de mulheres, jovens e adolescentes, bem como com homens adultos sobre a problemática e sinceramente, é lamentável como as pessoas no geral, possuem pouco conhecimento sobre a temática, mesmo diante de tantos casos de violência contra mulher, ainda persistem muitas dúvidas e questionamentos sobre a aplicabilidade da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

O Estado precisa rever seus métodos de combate e prevenção em relação a violência no âmbito doméstico e familiar, porque evidentemente tem algo de errado nessa política pública de combate a violência contra mulher. A persistente “estatística da maldade” diz muito sobre a caótica realidade social, falhas de execução, lacunas e sobre o quanto as mulheres estão vulneráveis a sofrer algum tipo de agressão perpetrada por homens que foram educados para serem “animais selvagens”!

A supremacia da lei precisa ser usada para quebrá-los e fazê-los refletir sobre igualdade e respeito. A falha das instituições de Estado responsáveis por coibir a prática da violência contra mulher, resulta em derramamento de sangue de dezenas de mulheres todos os anos. Isso é revoltante e inadmissível em quaisquer contextos e circunstâncias dentro do Estado Democrático de Direito. Se a sociedade brasileira tem de fato vontade de superar o problema, precisa-se de uma radicalização no combate a esse crime. O agressor precisa ser punido com rigor máximo.

Sem misericórdia!
É inaceitável a normalização do mal.
Não seja cumplice. Denuncie.

Joel Mesquita é sociólogo